

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 22 DE  
SETEMBRO DE 2022 – N.º 17/2022 - MANDATO 2021 – 2025**

--- Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

**Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 8 de setembro de 2022 – N.º 16/2022 – Mandato 2021 – 2025. Para Deliberação.** -----

**Ponto 02 – Proposta de Pagamento a prestações da taxa de ocupação do espaço público - Café “Pau de Canela”. Para Deliberação.** -----

**Ponto 03 – Proposta de Norma de Controlo Interno. Para Deliberação.** -----

**Ponto 04 – Proposta de Aprovação da 3.ª Alteração do Mapa de Pessoal 2022. Para Deliberação.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e cinquenta minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, com um total de disponibilidades de 1.300.073,96 euros (um milhão e trezentos mil e setenta e três euros e noventa e seis cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e colocou algumas questões, relativamente à Componente de Apoio à Família (CAF), se houve alguma alteração nos valores praticados. Efetivamente, verificou que algumas pessoas tiveram dificuldades para aderir à nova modalidade, em termos de funcionamento da requisição das refeições e dos cartões de utilização e, portanto, questionou se os constrangimentos estavam totalmente ultrapassados e como se processou o início do ano letivo. Questionou, se havia mais informações sobre a Barragem dos Patudos, uma vez que teve conhecimento de que tinha havido alguma mortandade de peixes e, portanto, quais as expectativas e o que estava previsto. Questionou, também sobre o acolhimento de um conjunto de pessoas, que ficaram sem qualquer tipo de apoio, sendo que, houve a intervenção da Ação Social, da Segurança Social e do Município e, portanto, qual o papel de cada uma das entidades naquele auxílio. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes, e referiu que teve conhecimento que estava a ser dada indicação aos trabalhadores para irem às consultas de Medicina do Trabalho fora do horário de trabalho ou no seu dia de folga e, portanto, pretendia saber se realmente esta situação estava a acontecer, uma vez que, a estar, era ilegal e os mesmos teriam de ser ressarcidos em tempo ou em valor. Referiu ainda que, relativamente às bolsas de estudo, teve conhecimento por um munícipe, que cada Encarregado de Educação recebia os resultados com os nomes de todos os contemplados. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que, os dados que tinham sido solicitados pelo senhor Vereador João Pedro Arraiolos diziam respeito à CAF/OTL e ao número de crianças por escalão, no total com escalão A, são 95 crianças, com escalão B, 53 crianças e com escalão C, 295 crianças. Posteriormente, o relatório será mais detalhado, uma vez que, ainda falta o apuramento de alguns custos. Referiu ainda, que o ano letivo iniciou com o rácio máximo de funcionários com contrato em funções públicas por tempo indeterminado completo, que passou a 34, porque tinham mais uma turma de pré-escolar e, foram também disponibilizados mais 6 funcionários com contrato CEI. Referiu, também que estavam a tentar colmatar as falhas no que diz respeito aos funcionários afetos às crianças com necessidades educativas especiais, juntamente com o Agrupamento, o Ministério e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE). Efetivamente, houve um reforço do pedido de funcionários, que devia ser feito apenas pelo Agrupamento, no entanto, o Município reforçou esse pedido para alocar mais funcionários no apoio a estas crianças. Acrescentou ainda que foram

colocados dois contentores que estavam localizados no 1º Ciclo e, também tentaram reforçar os funcionários no que diz respeito ao horário da CAF e das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) tendo introduzido, no início do ano letivo, quatro novas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Relativamente ao equipamento para o Agrupamento, tentaram sempre dar resposta às solicitações, no entanto, houve algumas situações que poderiam ter sido evitadas. Nomeadamente, verificaram que foram colocados alguns vídeo-projetores durante o mês de agosto, sendo que, esses vídeo-projetores foram colocados sem possibilidade de utilização, uma vez que alguns deles estavam a projetar diretamente num quadro de ardósia, pelo que vão ser adquiridos quadros brancos para possibilitar a utilização do equipamento. Relativamente às dificuldades no acesso da edubox, tinha a ver com o acesso dos pais a mais informação no âmbito da plataforma, de forma a facilitar a comunicação em termos de requisição de refeições, ou seja, tornando o processo menos burocrático utilizando as novas tecnologias. O gabinete de Educação, bem como a Secretaria do Agrupamento têm tentado dar resposta o mais rapidamente possível às questões colocadas. Relativamente ao canil, está prevista a instalação de um sistema de deteção de incêndios que irá permitir o licenciamento por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e, também a aquisição de todos os materiais que permitam a esterilização dos animais para, posteriormente procederem às campanhas de adoção. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, relativamente às dificuldades em aderir àquela modalidade de acesso na edubox, tinham procurado colmatar através do apoio dado no Balcão Único aos Encarregados de Educação, tendo simplificado os procedimentos para permitir a sua utilização tornando acessível aos Encarregados de Educação. Relativamente à escola e ao início do ano letivo, referiu que as obras estão a decorrer, sendo o constrangimento das obras enorme. O próprio Município tem prazos de execução obrigatórios da obra para efeitos de cumprimento de regras de acesso aos fundos que foram disponibilizados para o projeto no âmbito da candidatura feita. Os constrangimentos na escola, fazem-se sentir, nomeadamente na distância que é necessária percorrer para alguns blocos. Referiu, também que estava a aguardar uma comunicação por parte do Ministério da Educação, uma vez que, há um conjunto de situações na escola que não ficam resolvidas com aquelas obras, as quais são muito importantes para o bom funcionamento de todo o Agrupamento. Relativamente à Barragem dos Patudos, estava a ser feito um levantamento que irá permitir orçamentar as intervenções previstas. Houve uma reunião com o responsável da Segurança de Albufeiras e Barragens a nível nacional da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que veio ao local e constatou a circunstância concreta da barragem e dos trabalhos que tinham elencado para poderem avançar na recuperação da barragem, nomeadamente com a limpeza do fundo, a reparação da

descarga do fundo, a verificação de possíveis ruturas no paredão e a ligação à Vala Real. Reforçou, a necessidade de orçamentar aqueles trabalhos e apresentar uma proposta de orçamento à APA, que assumirá este projeto através do seu próprio orçamento, sendo que, para protocolar com o Município, é necessário determinar previamente os custos prováveis da intervenção. Relativamente à mortandade de peixes, foi agendada uma reunião com o ICNF com o acompanhamento da própria APA, que fez alusão não só à intervenção ao nível das margens e da bacia da própria Albufeira no que diz respeito à recuperação, à limpeza, à desmatação, etc, que tinha que ser orientada, para perceberem que tipo de espécies poderiam remover e, que espécies deveriam deixar. Relativamente ao controlo de espécies piscícolas, o nível da água que a barragem tem a população piscícola é excessiva, o que significa que os peixes têm mais dificuldade em respirar e, naturalmente começaram a aparecer peixes mortos. Relativamente ao acolhimento dos migrantes, o Município deparou-se com uma situação em que um conjunto de 16 cidadãos timorenses, esmagadoramente jovens, ficaram desalojados de um dia para o outro, devido às formas de contratação e de cumprimento de contratos de trabalho que infelizmente estão a ser praticadas, com as comunidades de migrantes que se deslocam para Portugal para trabalhar. Disse, ainda que os jovens timorenses estavam empregados, com um contrato de trabalho e que, de um momento para o outro, deixaram de receber o seu vencimento, o que os impediu de pagar a renda. Frisou, que a Ação Social e os serviços do Município contactaram as entidades com responsabilidade nestas áreas, como a Segurança Social, os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Autoridade para as Condições do Trabalho e o Centro de Emprego, tendo as entidades sido envolvidas num processo coordenado pelo serviço de Ação Social com o objetivo de acolher aquelas pessoas. Referiu, que a maioria dos municípios não tem capacidade de acolher pessoas em habitações próprias ou destinadas a este tipo de acolhimento temporário e precário e, portanto, o Município viu-se confrontado com a necessidade de encontrar um espaço para acolher os jovens assim em conjunto com a Direção da Sociedade Filarmónica e com a colaboração dos Bombeiros Municipais, foi possível encontrar um espaço, que permitiu instalar colchões, uma mesa para as refeições, acesso a um balneário para fazer a higiene e que fosse minimamente confortável. Solicitou, a colaboração às duas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho, a Fundação José Relvas e a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça, que prontamente forneceram as refeições. Foi contactada a ACT, no sentido de serem desencadeados os procedimentos normais para que fossem averiguadas as condições de trabalho, não só daqueles trabalhadores, mas de um conjunto de outros que se encontravam em situações semelhantes, Conseguiram em conjunto com o Centro de Emprego, inscrever aquelas pessoas no Centro de Emprego, o

que permitiu regularizar a sua situação na Segurança Social. Referiu, que os 16 cidadãos timorenses já rumaram a outros pontos do país, alguns para procurarem emprego e outros com alguma situação mais concreta e possibilidade de emprego. Frisou, que os serviços do Município fizeram um trabalho de qualidade, e acima daquilo que normalmente se passava noutros sítios, verificou-se um envolvimento desde o primeiro momento, uma capacidade de trabalho extraordinária e disponibilidade para encontrar soluções. Os funcionários do Município foram inexecutáveis, assim como, os Bombeiros também merecem uma palavra de apreço, uma vez que, prepararam toda a logística para poder instalar aquelas pessoas, realizando um trabalho de proximidade e acompanhamento, ultrapassando as dificuldades de comunicação com a maior parte deles. Relativamente à questão dos trabalhadores convocados para as consultas de medicina do trabalho em horário pós-laboral ou dia de folga, não era o que estava acontecer, verificou-se numa única situação, a qual foi tratada de acordo com a lei, efetivamente, se as pessoas foram convocadas oportunamente, uma vez que as consultas foram marcadas para permitir a concentração dos mesmos num só dia e, se foram convocadas no dia de folga, naturalmente, aquele dia seria compensado. Relativamente à comunicação aos munícipes que receberam as bolsas, com a listagem dos alunos contemplados, não era esta a indicação que estava dada, uma vez que as listagens nem sequer estavam publicadas no site do Município, nem em nenhum outro local para cumprimento da lei de proteção de dados e, portanto, pode ter havido alguma falha, mas vai tentar perceber o que se passou. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 8 de setembro de 2022 – N.º 16/2022 – Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 8 de setembro de 2022 – N.º 16/2022 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade, depois da alteração efetuada. -----

--- **Ponto 02 – Proposta de Pagamento a prestações da taxa de ocupação do espaço público - Café “Pau de Canela”.** -----

--- A senhora Presidente referiu, que a requerente solicitou o pagamento da taxa relativa à ocupação do espaço público com esplanada no valor de 471.00 EUR, em 6 prestações mensais, por ter dificuldade em liquidar a taxa de uma só vez, tendo apresentado a documentação necessária à instrução do processo. Prova-se que a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento das taxas em prestações mensais,

determinando ainda que, sem prejuízo do disposto na lei geral, o pagamento em prestações pode ser fracionado até ao máximo de 6 vezes. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Pagamento a prestações da taxa de ocupação do espaço público - Café “Pau de Canela”, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Proposta de Norma de Controlo Interno.** -----

--- A senhora Presidente explicou, que no âmbito da transferência do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP), o sistema de controlo interno a adotar pelo Município devia englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e procedimentos de controlo, bem como, outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos. Disse, que na questão a 11 de setembro de 2015, o decreto-lei que instituiu o sistema de normalização contabilística da administração pública revogou o POCAL e, portanto, aqueles pontos eram exceção. No que toca ao controlo interno, as regras provisionais e às modificações orçamentais, a norma de controlo interno do Município foi aprovada pelo órgão executivo em 25 de junho de 2018: alterada em 11 de setembro de 2019, sendo que a mesma se encontra desatualizada face às constantes alterações legislativas em matéria de gestão de atribuições e competências, de utilização de outputs dos sistemas de informação e face às sucessivas alterações ocorridas na estrutura orgânica dos serviços municipais. Referiu, ainda que as recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas apontavam para a necessidade de se proceder à atualização daquela norma de controlo interno. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que, enquanto representantes daquele órgão, tinham a obrigação de manter aquele documento atualizado, com as constantes alterações legislativas neste país. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que o objetivo era manter os documentos o mais atualizados possível, sendo também o que exigiam as várias entidades. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Norma de Controlo Interno, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 04 – Proposta de Aprovação da 3.ª Alteração do Mapa de Pessoal 2022.** -----

--- A senhora Presidente explicou que, o mapa de pessoal é um documento dinâmico que se pretende que esteja atualizado para cumprir com as próprias regras do controlo interno, mas sobretudo, é um instrumento de gestão do Município determinante para a capacidade de adequar o mapa de pessoal às necessidades que o Município vai revelando. Disse, que para colmatar algumas falhas, propôs dotar o mapa de pessoal com mais dois postos de trabalho, nomeadamente um Fiscal e um Técnico Superior da área de Arquitetura, ou seja, um Arquiteto. Identificaram uma outra necessidade, mas verificaram que já tinha um

lugar criado no mapa de pessoal, que tinha que ver com um Técnico de SIG, o qual permitiria atualizar um conjunto de informação, que está desatualizada e, que constituiu objetivamente um problema para quem se relacionava com o Município, designadamente, com o Gabinete de Obras particulares ou com o investimento. Relativamente ao posto de trabalho de Fiscal e de Técnico Superior de Arquitetura, verificou-se que o Gabinete de Obras está muito desfalcado, do ponto de vista de técnicos, sendo que, não está a conseguir dar resposta às exigências que se verificam, não tendo inclusivamente capacidade de resposta interna. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo em relação aquela proposta, que o Executivo em maioria era quem sabia melhor as necessidades em termos de funcionamento e, portanto, não conseguia fazer uma análise exaustiva deste tipo de proposta. Questionou-se os postos de trabalho criados, e se seriam preenchidos por procedimento concursal ou se, algum deles, seriam por mobilidade intercategorias de alguém que exerce outras funções no Município. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a criação dos dois postos de trabalho será efetuada através do recurso à mobilidade externa, caso não seja possível esse desiderato, iriam abrir concursos. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Aprovação da 3.ª Alteração do Mapa de Pessoal 2022, foi aprovada por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Foi dada a palavra ao munícipe Eduardo Costa, que começou por deixar à consideração da senhora Presidente, através da assessoria externa, porque era necessário pessoas altamente especializadas para reverem os objetivos, as tarefas parcelares, o quadro orgânico da Câmara Municipal e o *Job Description* de cada funcionário, porque iriam colocar mais dois funcionários que faziam falta. Referiu, que há cerca de um ano, fez um levantamento comparativo entre a Câmara de Alpiarça e outros municípios, concluindo que o rácio de funcionários por 1000 habitantes da Câmara era o dobro da média nacional, o que significa que devia ser revista a macro-estrutura, porque algo não estava bem. Verificou, que a última reunião de Câmara que se encontrava divulgada, a nível das redes sociais, era do dia 21 de julho de 2022, e que entretanto, já tinham ocorrido mais reuniões, as quais ainda não foram divulgadas, nem através da rede YouTube, nem através do site da Câmara. Gostava que a senhora Presidente se pronunciasse, se de facto, era um lapso transitório que devia ser revisto e se o assunto seria resolvido brevemente. Relativamente à mortandade dos peixes na barragem, as primeiras chuvadas aconteceram e só podia ser na sequência das mesmas,



direta ou indiretamente que os peixes estavam a morrer, o que o leva a concluir que existe qualquer tipo de contaminação das águas da chuva, que posteriormente correm para a barragem, o que provocava aquela situação. Como tal, questionou se foi feita alguma análise química às águas e, também aos peixes mortos para melhor identificar a causa. Relativamente ao possível aumento da tarifa dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), procurou aprofundar, não apenas a nível municipal, mas a outros níveis e, portanto, a revisão do tarifário dos RSU não devia ser para cobrir a totalidade dos encargos, mas para contribuir e para minimizar esses encargos na sequência dos impostos. Referiu, que efetuou um levantamento da zona do Ribatejo para verificar em que nível de encargos estava Alpiarça, tendo constatado que os concelhos da Chamusca, Cartaxo, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Coruche apresentam um tarifário mais baixo relativamente aos resíduos sólidos urbanos. -----

--- Interveio a senhora Presidente, começando por referir, que relativamente à questão do rácio de funcionários da organização do Município, estavam a tentar perceber se o número de funcionários era adequado à quantidade e àquilo que era expectável, para o Município prestar o seu serviço aos munícipes, mas sobretudo, no sentido de reorganizar o pessoal e otimizar aquele trabalho. Disse, que alguns municípios da dimensão do Município de Alpiarça, ou até de menor dimensão tinham pessoal em determinado tipo de serviços em quantidade muito superior e, conseguiam ter uma capacidade de resposta que o Município não conseguia. Referiu, ainda que havia uma razão que era comum na função pública, que se traduz na quantidade incrível de atestados médicos todas as semanas, que causa um absentismo de algum pessoal que pode ter reflexo no resultado do trabalho. Disse, que há trabalhadores subaproveitados, ou a fazer um único trabalho, ou uma única tarefa quando podiam ser polivalentes nesse sentido, estavam a procurar equilibrar as várias situações e a prever o futuro próximo, que lhes ia deixar sem alguns profissionais e, que iriam naturalmente aproveitar a sua reforma. Relativamente à divulgação dos vídeo da reunião de Câmara, houve um pequeno problema técnico que está a ser resolvido e, portanto, todas as atas e os vídeos da reunião de Câmara serão divulgados brevemente. Relativamente à barragem, foram efetuadas análises à qualidade da água mas, não foram detetadas componentes químicas alteradas ou perigosas, relativamente àquilo que é habitual, foi efetuada uma análise mais profunda aos sedimentos do fundo da barragem, para permitir que, na intervenção de limpeza do fundo, soubessem onde colocar aquelas lamas e aqueles sedimentos que estavam no fundo. Disse, que os técnicos do ICNF consideravam expectável haver mortalidade de peixe, devido à falta de água e à sobrepopulação da barragem em termos piscícolas. Relativamente à taxa de RSU, naturalmente a taxa iria subir por imposição legal, porque a instituição do princípio do utilizador pagador estava há anos para ser obrigatória e, portanto, havia um



ATA N.º 17/2022 RC 22 SETEMBRO 2022 - MANDATO 2021 – 2025

conjunto de situações que estavam a ser impostas por via dos acordos e das diretivas da União Europeia, no que dizia respeito às questões ambientais e de gestão de resíduos. Frisou, finalmente que nunca teve intenção de aumentar as tarifas da água, bem como, a tarifa da RSU, mas tem obrigação de a gerir e, portanto, não é possível comparar os custos da Câmara Municipal da Chamusca que deposita os seus resíduos no Ecopark, com os custos da Câmara Municipal de Alpiarça, que tem de pagar o aterro e o que manda para o mesmo. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h21m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

---

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

---

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.